

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA
DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO

DA AUDIÇÃO DO GESTOR PÚBLICO INDIGITADO PARA A RECONDUÇÃO
NA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
EDA – ELETRICIDADE DOS AÇORES, S.A.

PONTA DELGADA
MAIO DE 2020

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	1193 Proc. n.º 16.24
Data	020/05/13 N.º 1/11



TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu, por videoconferência, no dia 11 de maio de 2020, a fim de proceder à audição do Professor Doutor Duarte José Botelho da Ponte, indigitado pelo Governo Regional dos Açores para a recondução no cargo de Presidente do Conselho de Administração da EDA – Eletricidade dos Açores, S.A.

O *Curriculum Vitae* do Professor Doutor Duarte José Botelho da Ponte fica anexo ao presente relatório, do qual faz parte integrante.

1.º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A presente audição é efetuada nos termos e para os efeitos previstos nos números 2 e 4 do artigo 12.º e artigo 12.º-A do Estatuto do Gestor Público Regional, o qual foi republicado em Anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2014/A, de 30 de outubro.

“A comissão especializada permanente respetiva deve proceder à audição no prazo de vinte dias, a contar da data do despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.” (cf. previsto no n.º 3 do artigo 12.º-A)

“A comissão referida no número anterior, ao abrigo das correspondentes normas regimentais, elabora um relatório, do qual deve constar a audição do gestor público indigitado, bem como a posição dos partidos que integrem a comissão sobre a referida audição.” (cf. n.º 4 do artigo 12.º-A)

Por fim, refira-se que “O relatório é obrigatoriamente enviado, no prazo de cinco dias, pelo Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ao Presidente do Governo Regional dos Açores, para os devidos efeitos.” (cf. n.º 5 do artigo 12.º-A)



2.º. CAPÍTULO – AUDIÇÃO DO GESTOR INDIGITADO

O Prof. Duarte Ponte, na qualidade de gestor indigitado para a Presidência do Conselho de Administração da EDA, cargo que exerce desde 2011, iniciou a sua audição com uma apresentação dividida em três partes: i) composição do grupo EDA; ii) impacto da pandemia Covid-19 nas várias empresas do grupo; e iii) Plano Plurianual de Investimentos para o período 2020-2024.

O Gestor indigitado começou por referir que o grupo EDA é composto, atualmente, por quatro empresas:

- A EDA, empresa regulada pela ERSE, responsável pela produção de toda a energia garantida na Região, pelo transporte, distribuição e comercialização da energia elétrica. A Região Autónoma dos Açores detém 50,1% das ações da EDA.

- A EDA Renováveis detida a 100% pela EDA, dedica-se à produção de energia de fontes renováveis, geotermia, hídrica eólica e fotovoltaica.

- GLOBALEDA, detida 74,9% pela EDA, dedica-se às áreas ligadas à informática e telecomunicações.

- SEGMA, detida a 100% pela EDA, criada em 1998 para fazer face a uma necessidade premente nas áreas de serviços de manutenção de eletrotécnica, que eram realizados até então por empresas exteriores à Região.

Em relação ao impacto da COVID-19 no grupo, indicou que as empresas estão a funcionar em regime de teletrabalho, sempre que as funções o permitam, e o número de trabalhadores nos turnos presenciais foram reduzidos ao mínimo, para evitar contágios. O teletrabalho tem funcionado muito bem e as áreas mais sensíveis não têm tido problemas, tendo até registado menos interrupções de energia, nos primeiros quatro meses de 2020, face ao ano anterior.

Na EDA Renováveis, deu nota do aumento da produção de energia geotérmica nos primeiros quatro meses deste ano, face ao ano anterior.

Relativamente à produção total de energia, referiu que nos meses de março e abril houve um decréscimo da produção, sendo que em abril a redução atingiu os 8% (em São Miguel -9,8%).



No acumulado entre janeiro a abril de 2020, a produção de energia nos Açores reduziu cerca de 2%, face ao ano passado.

No que diz respeito à empresa GLOBALEDA, esta desenvolve a sua atividade nos domínios das telecomunicações e informática e conta com 103 colaboradores, estando a funcionar, perfeitamente, em regime de teletrabalho. A empresa está a desenvolver vários projetos relevantes, exporta tecnologia e está a desenvolver trabalhos na área da telemedicina.

Em relação à SEGMA, tem um quadro de pessoal composto por 30% de quadros superiores e também está a funcionar em teletrabalhado, nas funções que são exequíveis. A empresa também tem contratos relevantes com várias entidades fora da Região, de grande dimensão e importância estratégica.

Depois, o Prof. Duarte Ponte abordou o Plano Plurianual de investimentos 2020-2024, tendo destacado o objetivo de atingir uma taxa de penetração de energias renováveis de 60%, em 2025.

Para atingir este objetivo, o grupo EDA pretende investir cerca de 311 milhões de euros nos próximos cinco anos, dos quais 75 M€ em 2020; 99 M€ em 2021; 66 M€ em 2022; 40 M€ em 2023; e 30 M€ em 2024.

O Gestor indigitado referiu que será feito um grande investimento em nove novos poços/furos nas centrais geotérmicas de São Miguel e Terceira, no valor de 49 M€ e 26 M€, respetivamente.

Em relação aos parques fotovoltaicos e aos dos parques eólicos, estão previstos investimentos em todas as ilhas, no valor total de 15,5 M e 16 M€, respetivamente.

Por fim, o Prof. Duarte Ponte mencionou para o período entre 2020 e 2024 a EDA tem previsto no seu plano de investimentos ações que ascendem aos 205M€. Destes, cerca de 66% do investimento estará a cargo da Direção de Construção de Infraestruturas e Equipamentos (cerca de 135M€). Neste período, o Grupo EDA tem investimentos previstos que ascenderão aos 311M€.

Acrescentou que as obras da EDA têm sido afetadas pela situação atual de Pandemia, principalmente devido às restrições das autoridades de saúde para as deslocações do técnico do exterior da R.A.A.



As principais obras em curso na EDA e as que surgirão nos próximos anos são:

- sistema de armazenamento da ilha Terceira: na fase de adjudicação do Concurso Público Internacional, a concluir empreitada até 2022 – no valor total de 14M€.
- sistema de armazenamento da ilha de São Miguel: na fase inicial do Concurso Público Internacional, que foi afetado pela situação atual de pandemia, a concluir a empreitada até 2023 – no valor total de 25M€.
- sistema de armazenamento da ilha de Santa Maria: elaboração do caderno de encargos para lançamento da consulta ao mercado, a concluir a empreitada até final de 2022 - no valor total de 3,5M€.
- ampliação da central termoelétrica do Belo Jardim: obra está em curso, embora afetada pela situação atual de pandemia - no valor total de 15M€.
- parque de combustíveis da central termoelétrica do Belo Jardim – 2ª fase no valor total de 3M€.
- construção do centro distribuição central de São Jorge no total de 4M€ e reforço de potência na ilha de São Jorge no total de 4,5M€.
- substituição dos grupos 3 e 4 da central termoelétrica de Santa Bárbara: no valor de 13,2M€.
- construção da subestação de Ponta Garça: no valor de 3,6M€.
- remodelação da subestação de Ponta Delgada: no valor de 4,5M€.
- construção da linha de transporte entre Ribeira Grande e Ponta Garça: no valor de 1,5M€.
- entre outros investimentos identificados no Plano Plurianual e disponíveis na página da EDA.

A seguir, o Deputado André Rodrigues questionou quais são os principais objetivos para o próximo mandato, se estes estão alinhados com as políticas e estratégia do Governo dos Açores, e qual o trabalho a fazer ao nível da eficiência energética e mobilidade elétrica.

O Deputado abordou ainda os impactos da COVID-19 no grupo, em particular sobre as medidas desenvolvidas para acautelar a concretização dos investimentos previstos.



Em resposta, o Prof. Duarte Ponte realçou os objetivos estratégicos, para o período 2020-2024:

- A. Promover a Descarbonização e o Desenvolvimento Sustentável;
- B. Melhorar os índices de Satisfação e de Confiança do Cliente;
- C. Incrementar a Solidez e a Sustentabilidade Financeira;
- D. Promover o Desenvolvimento das Nossas Pessoas;
- E. Dinamizar a Digitalização, a Modernização Tecnológica e a Simplificação;

Posteriormente, o Deputado António Viveiros pediu a opinião do Prof. Duarte Ponte sobre a política de distribuição de dividendos, uma vez que o Conselho de Administração tem proposto distribuir, anualmente, 3,5 M€, mas depois o valor aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral, é muito superior.

O Deputado disse ainda que a EDA tem uma dependência das verbas referentes à convergência tarifária e questionou qual a estratégia da entidade reguladora (ERSE) sobre esta matéria, para as Regiões Autónomas.

O Prof. Duarte Ponte indicou que o processo de convergência do tarifário elétrico iniciou-se em 1998, tendo sido na altura o interlocutor do Governo dos Açores com o Governo da República. Acrescentou ainda que todos os países europeus com ilhas, também aplicam a convergência tarifária, o que indica claramente que esta convergência é um processo estável e a manter para o futuro.

No que diz respeito aos valores recebidos pela EDA, a título de compensação da convergência do tarifário, estes variam sobretudo em função dos preços dos combustíveis, que são comparticipados pela ERSE. A título de exemplo, referiu que a EDA recebeu cerca de 37 M€ em 2016, 27 M€ em 2017, 48 M€ em 2018 e 70 ME em 2019.

Assim, em 2020, estima que a EDA venha a receber um valor muito menor, porque os preços dos combustíveis têm reduzido substancialmente.

Além disso, o Prof. Duarte Ponte realçou que os gastos com o pessoal não são reconhecidos na totalidade pela ERSE, pois estes consideram o quadro de pessoal excessivo, em algumas ilhas.



Considera que a convergência tarifária é algo que veio para ficar, porque existem processos similares em toda a Europa, em países com ilhas.

O Prof. Duarte, em relação à política de distribuição de dividendos, referiu que qualquer Conselho de Administração gostaria de ter todos os recursos disponíveis para investir, motivo pelo qual o valor proposto pelo Conselho de Administração tem sido sempre mais reduzido. No entanto, considera que nenhum investimento ficará por executar, pois o grupo EDA tem capacidade para recorrer a financiamento a custos muito reduzidos, como é público.

Referiu ainda que os próximos anos serão de grande investimento para o grupo, conforme demonstrou inicialmente,

A seguir, o Deputado Paulo Estevão perguntou se algum dos acionistas exerce pressão para distribuir dividendos em montantes mais elevados do que os propostos, qual a evolução do parque fotovoltaico do Corvo e qual a taxa de penetração de energias renováveis na Região.

O Deputado questionou ainda se existe algum compromisso da EDA em relação à central de valorização energética de São Miguel e se está projetado algum sistema de armazenamento de energia.

Em relação às questões colocadas, o Prof. Duarte Ponte indicou que nenhum investimento ficará por realizar por causa da distribuição de dividendos, sendo que apenas poderá implicar a contração de mais financiamento para realizar os investimentos, o que não é um problema dado que os custos de financiamento são muito baixos na EDA, cerca de 1,27%.

Mencionou que a convergência do tarifário elétrico é muito importante e obriga a ter cautela nas exigências feitas face ao continente, pois os consumidores da Região já beneficiam de 2,8 milhões de euros da tarifa social, mais os cinco milhões que as autarquias recebem dos direitos de passagem e ainda a compensação anual da ERSE.

Sobre o sistema fotovoltaico do Corvo, o Gestor disse que está praticamente pronto a montar, estando ainda a ser equacionado a instalação de uma bateria. A taxa de penetração de renováveis da Região, nos primeiros quatro meses do corrente ano, rondou os 44,7%.

Relativamente à central de valorização energética, indicou que o novo concurso reduz substancialmente a energia produzida durante o período de vazio (noite), estando a aguardar



pelo que irá acontecer. É também possível que venha a ocorrer maior consumo de energia durante o período de vazio, nos próximos anos.

Seguidamente, o Deputado António Lima fez menção à distribuição de dividendos, num período de incerteza, e pediu informações sobre as necessidades de financiamento e os respetivos custos, para o período 2020 a 2024.

O Prof. Duarte Ponte realçou que a EDA estará a dar um grande contributo para a retoma económica e criação de emprego, ao concretizar os investimentos previstos na Região. Acrescentou que a EDA já realizou contatos com o BEI – Banco Europeu de Investimento, para o financiamento dos vários investimentos do grupo, nomeadamente em energias renováveis, com taxas de juro muito reduzidas.

Além disso, os indicadores económico-financeiros do grupo EDA atestam a sua robustez e sustentabilidade financeira, não existindo razões para preocupação com o aumento do financiamento, pois o ativo do grupo também irá aumentar.

O Deputado Alonso Miguel referiu que, relativamente à distribuição de dividendos da EDA, a sensação com que ficava era de que o Conselho de Administração apresentava, anualmente, uma proposta cautelosa e ponderada, aparentemente adequada em termos de gestão, visando garantir a solidez financeira da empresa, bem como a sua capacidade de investimento, mas que, depois, os acionistas, em Assembleia Geral, ignoravam completamente essa proposta e aumentavam substancialmente o valor dos dividendos a distribuir.

Depois, o Deputado Alonso Miguel pediu os dados sobre a variação do consumo doméstico entre os meses de março e abril deste ano, e questionou se o impasse verificado na central do Pico Alto, em termos ambientais, na Terceira, já estava resolvido e se a EDA tem algum projeto sobre energia das ondas e marés.

O Gestor indigitado referiu que o mês de março foi misto, mas o mês de abril já evidenciou uma queda do consumo de energia, sobretudo no setor do comércio, serviços e turismo, e um ligeiro aumento no consumo doméstico.

Acrescentou ainda que a central geotérmica do Pico Alto vai ser ampliada, sem interferir com a zona classificada como ambientalmente relevante e que o projeto da energia das ondas e marés envolve muitos riscos, dado o mar que temos nos Açores, e tem custos elevados. Afirmou que a EDA Renováveis não tem em vista qualquer investimento nesta área.



Seguidamente, a Deputado Catarina Furtado demonstrou satisfação pelo facto de se ter avançado para a realização de novos estudos no âmbito do projeto da central hídrica da Fajazinha, na Ilha das Flores, o que na altura da discussão do assunto por via de uma Petição, foi uma necessidade apontada pelo PSD/Açores, com evidência para a atualização e realização de novos estudos associados à componente de hidrogeomorfologia.

A Deputada Catarina Furtado questionou se, tendo sido entre 2015 e 2018 a proposta de distribuição de lucros pelo Conselho de Administração da EDA de 14 milhões de euros e a distribuição, por imposição dos acionistas, de 51,8 milhões de euros, esse acréscimo de 37,8 milhões de euros não teria tido implicações ao nível do investimento da empresa.

Perguntou sobre as razões da diferença entre os valores agora anunciados e os assumidos em 2017, aquando da sua audição, relativamente à solução de armazenagem da ilha Terceira, que passou de 26,4 milhões para 13,7 milhões, e se haveria diferenças em relação a São Miguel. Perguntou, ainda, qual a razão da morosidade no processo da solução de armazenagem da ilha de São Miguel, já que em 2017 se referiu que os estudos preliminares das hídricas reversíveis de São Miguel e Terceira haviam sido enviados à Entidade Reguladora para análise em 29/09/2016 e que essa entidade tinha constituído um grupo de trabalho para a sua avaliação.

Também questionou sobre as metas e resultados atuais ao nível da produção de energia elétrica, em concreto sobre a participação do sector elétrico na estrutura de consumo de energia primária, já que no Plano Estratégico para a Energia dos Açores a meta apontada para 2018, neste âmbito, era de 50%.

Questionou se se chegou a efetuar aquele que era um trabalho apontado no Plano Estratégico para a Energia dos Açores, designadamente o estudo dos requisitos mínimos de eficiência energética iluminação pública, por considerar não ser desprezável o valor associado à Iluminação Pública no conjunto das despesas da Administração Regional e Autárquica.

A Deputada perguntou ainda quais os critérios associados à proposta de distribuição de dividendos do Conselho de Administração, que anualmente é sempre de 3,5 milhões, até porque o Presidente do Conselho de Administração fez referência ao facto de só em casos excecionais poderem ser distribuídos menos de 50% dos resultados e qual seria o valor proposto relativamente aos resultados de 2019 na Assembleia Geral a realizar a 15 de maio.



Já o Deputado Paulo Estevão perguntou quando será efetuada a Assembleia Geral para decidir sobre os dividendos deste ano e qual a percentagem de penetração de renováveis, por ilha.

Em resposta, o Prof. Duarte Ponte referiu que o projeto da ilha das Flores está parado, visto ter havido uma deslocação significativa de terrenos numa zona adjacente ao local onde se pretendia instalar a hídrica, há cerca de ano e meio, monitorizada pelo LREC. A EDA instalou no local, onde se pretende passar as condutas forçadas, inclinómetros, estando a aguardar os resultados deste estudo.

Sobre os dividendos, considera que já explicou que a proposta pretende manter a coerência. Realçou que os investimentos não deixam de ser feitos porque há distribuição de dividendos, pois a EDA tem uma estrutura financeira sólida e pode aumentar o endividamento com custos reduzidos.

Referiu que as baterias representam um investimento mais reduzido do que as hídricas reversíveis, dado que os preços das baterias têm vindo a reduzir cerca de 7% ao ano. Além disso, as baterias têm a vantagem de regular rapidamente a corrente elétrica, até mais rápido do que as térmicas e apresentam uma taxa de eficiência muito mais elevada, acima dos 85%.

Relativamente à iluminação pública, tem sido feita uma aposta nas LED, para poupar energia, mas este é um processo de substituição lento. Neste momento cerca de 30% das luminárias já são de tecnologia LED, mas o projeto consiste em substituir todas as luminárias de vapor sódio num período de 10 anos, tendo decorrido apenas três anos.

A terminar, o Prof. Duarte Ponte indicou que a taxa de penetração de energias renováveis na Região poderá atingir os 39% a 40% no final deste ano, sendo a sua distribuição, por ilhas, a seguinte: Santa Maria com 13% a 14%; São Miguel com 50% a 51%; Terceira com 35% a 36%; Pico, Faial e São Jorge com cerca de 15%; Graciosa com 50% a 60%; Flores com 50% e o Corvo com 0%.

O Prof. Duarte Ponte afirmou ainda que um dos contributos do grupo EDA para a retoma económica da Região passa por concretizar o elevado volume de investimentos previstos e reforçou que nenhum investimento deixará de ser realizado, devido aos dividendos.



3º. CAPÍTULO – POSIÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

O **Grupo Parlamentar do PS** manifesta **parecer favorável** à indicação do Professor Doutor Duarte José Botelho da Ponte para a recondução no desempenho do cargo de Presidente do Conselho de Administração da EDA – Eletricidade dos Açores, S.A.

O **Grupo Parlamentar do PSD abstêm-se** relativamente à recondução do Professor Doutor Duarte José Botelho da Ponte no cargo de Presidente do Conselho de Administração da EDA – Eletricidade dos Açores, S.A., porquanto, estando a terminar a presente legislatura e tendo em conta a dimensão e a importância que representa a EDA para os Açores, o atual titular deveria manter-se em funções de gestão até ao início de funções do novo governo.

O **Grupo Parlamentar do CDS-PP não emite parecer** à indicação do Professor Doutor Duarte José Botelho da Ponte para a recondução no desempenho do cargo de Presidente do Conselho de Administração da EDA – Eletricidade dos Açores, S.A, uma vez que o parecer solicitado não é vinculativo e a nomeação em causa é da exclusiva responsabilidade e competência do Governo Regional dos Açores

O **Grupo Parlamentar do BE não tem nada a opor** à indicação do Professor Doutor Duarte José Botelho da Ponte para a recondução no desempenho do cargo de Presidente do Conselho de Administração da EDA – Eletricidade dos Açores, S.A.

Ribeira Grande, 13 de maio de 2020.

O Relator

Carlos Silva

O presente relatório foi **aprovado por unanimidade**.

Ao presente relatório são anexos o *Curriculum Vitae* e a declaração do PPM.

A Presidente

Bárbara Torres Chaves



Declaração do Partido sem assento na Comissão Permanente de Economia

Representação Parlamentar do PPM

“A Representação Parlamentar do PPM **manifesta absoluta concordância** com o relatório.

Em relação à recondução do Professor Doutor Duarte José Botelho da Ponte no cargo de Presidente do Conselho de Administração da EDA – Eletricidade dos Açores, S.A., o PPM quer deixar expressa a sua discordância. Está em causa o facto de a ilha do Corvo não ter merecido, ao longo dos seus vários mandatos, um investimento significativo no âmbito das energias renováveis. A ilha do Corvo é, aliás, a única em que a taxa de penetração das energias renováveis é zero.

Por outro lado, o Professor Doutor Duarte José Botelho da Ponte avalizou a estratégia que o Governo Regional está a desenvolver na empresa, que se caracteriza por uma contínua descapitalização (visível na imposição de uma distribuição de dividendos ruínosa) e por um processo de progressivo endividamento. É necessário inverter esta tendência e ficou claro que o atual Presidente do Conselho de Administração da EDA – Eletricidade dos Açores, S.A. não o fará. “